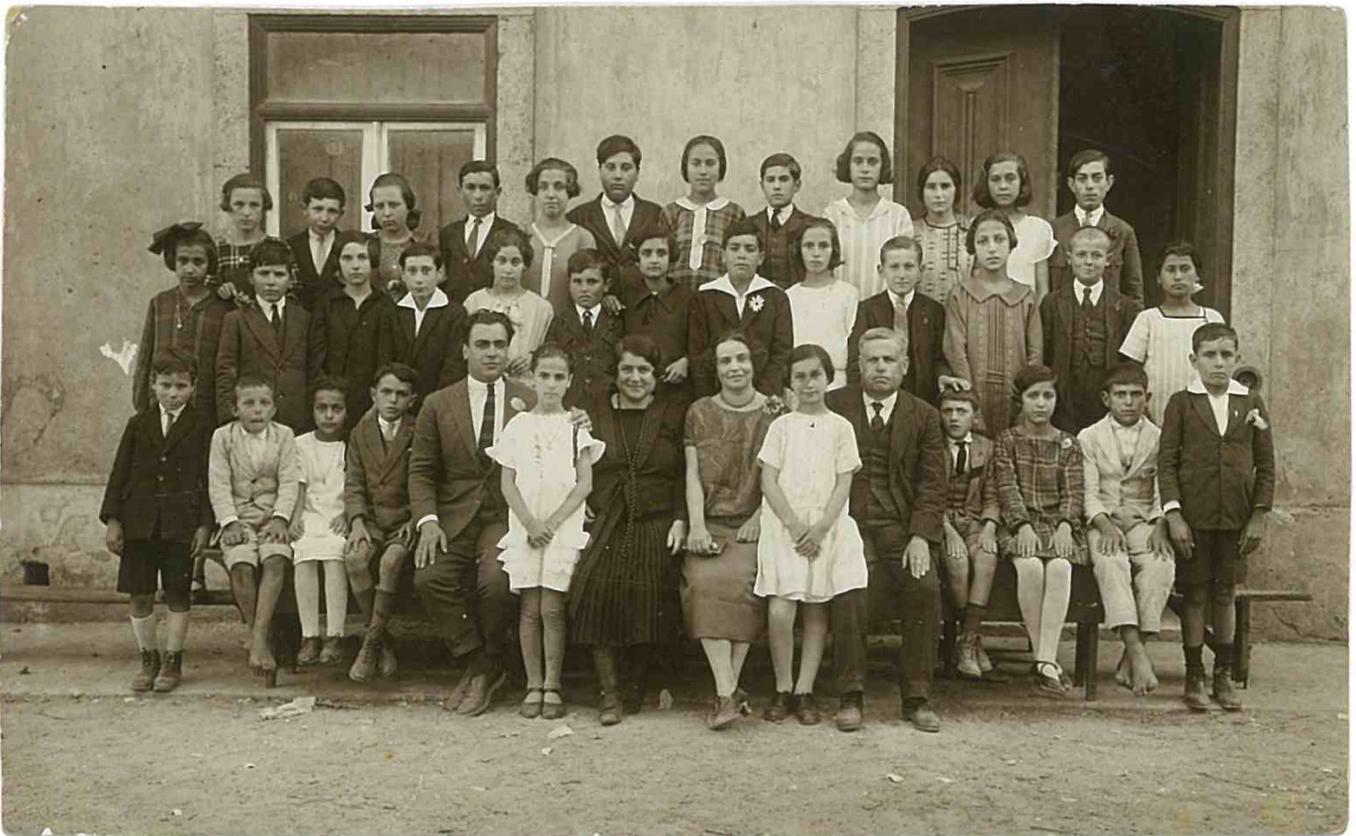


# O PATRIMÓNIO DA EDUCAÇÃO



## ÍNDICE

Aprender sem ir à escola	5
O ensino das primeiras letras	5
A situação particular das mulheres	5
Aprender em Sines até à extinção do concelho	5
“Sines não tem uma casa para escolas sua”	8
A restauração do concelho e a educação	14
O parto difícil da escola do Porto Côvo	21
Outras escolas no concelho	23
A assistência aos alunos pobres	25
Conclusões	27
Notas de fim de texto	29
Referências	34

## APRESENTAÇÃO

O livro eletrónico que agora se apresenta resulta da investigação realizada pelos técnicos do Arquivo Municipal acerca dos vestígios documentais relativos à educação. É um complemento à exposição “O Património da Educação”, patente no Museu de Sines a partir de 18 de Abril de 2013. Não é um estudo definitivo, mas pode abrir portas a quem o quiser realizar.



# O PATRIMÓNIO DA EDUCAÇÃO

## Aprender sem ir à escola

### O ensino das primeiras letras

O ensino da leitura e da escrita foi desempenhado por agentes diversos no Antigo Regime, fossem oriundos do meio laico ou do meio eclesiástico. Logo, tinham uma formação e um desempenho heterogéneos. Quer uns quer outros podiam ensinar ao nível público, ao serviço do poder municipal e, no caso dos eclesiásticos, nas paróquias, quer a nível privado. Neste último caso recebiam honorários dos alunos para desempenhar as funções docentes. O controlo do ensino das primeiras letras era exercido pelos bispados, os quais deveriam autorizar o ensino de primeiras letras nas suas dioceses. O primeiro nível de ensino poderia ser ministrado por todos aqueles que dominassem as competências da leitura e da escrita, e, especialmente, que apresentassem boas capacidades morais.

Assim, ao nível laico, podemos encontrar como docentes os escreventes profissionais, como os tabeliães e os escrivães, mas também bacharéis e licenciados ou proprietários. No caso dos primeiros, a docência permitia outras formas de rendimento. Outros mestres são eclesiásticos: os párocos, curas e sacristães, nas paróquias, ou, nas colegiadas e cabidos das sés, os mestres-escola. Significa isto que o ensino começou por ser um fenómeno urbano, embora e a existência de uma rede extensa de paróquias pudesse suprir as necessidades da aprendizagem.

Utilizavam-se dois métodos de ensino. O primeiro baseia-se no **conhecimento do alfabeto**, e, numa segunda fase, na silabação. Visa uma aprendizagem por etapas, lenta e morosa, em que a leitura antecede a escrita. Em contrapartida, é eficaz a longo prazo, e permite ao aluno autonomizar-se e tornar-se criativo na escrita. Esta lentidão explica o abandono da aprendizagem por alguns alunos, visível na insuficiência dos seus conhecimentos, frequentemente reduzidos à leitura e à assinatura do nome. Concluindo, podemos afirmar que este método favorece a continuidade dos estudos, e talvez possamos relacioná-lo com a aprendizagem das elites.

O segundo método propõe uma iniciação ao mundo da escrita através da **oralidade**. Inicia-se pelo estudo do nome do aluno, e recorre essencialmente à imitação e à memorização. Dispensa, portanto os materiais de estudo organizados, como as cartilhas utilizadas no primeiro método. No entanto, ambos se socorrem dos traslados de sentenças judiciais.

### A situação particular das mulheres

Dada a fraca participação da mulher na vida política e social, o nível da alfabetização feminina é muito inferior à masculina. De facto, se a mulher, segundo as *Ordenações*, não desempenha o papel de testemunha, não pode estar em juízo senão por intermédio de um procurador, não pode ser admitida em cargos públicos, então a escrita também não lhe é necessária. O papel da mulher estava então limitado à esfera doméstica, nomeadamente ao papel de educadora dos filhos e gestora da vida familiar.

Apesar destas restrições, as mulheres aparecerem nos atos como fiadoras junto com os seus maridos, compradoras ou vendedores com eles ou como viúvas. O marido não pode vender a propriedade ou obrigá-la a qualquer dívida sem o seu consentimento, a «outorga», embora seja da sua competência a administração dos bens do casal.

### Aprender em Sines até à extinção do concelho

As primeiras referências à educação em Sines datam do século XVIII. Segundo Arnaldo Soledade, a Câmara Municipal de Sines solicitou a provisão de um professor de latim e gramática na vila. A provisão, de 12 de Novembro de 1757, indicava que o ordenado do professor seria pago através dos rendimentos das sisas<sup>1</sup>.

Antes desta data, no entanto, já a Câmara pretendia criar o partido de um “mestre para encinar a ler, escrever contar e latim”. Caberia ao município pagar ao mestre quarenta mil reis por ano ao mestre, a partir de uma finta feita aos moradores. A discussão em sessão de câmara, datada de 1738, não parece ter dado frutos, pois o assunto não volta a ser mencionado.

Assim quando foram criadas as primeiras aulas de ler, escrever e de gramática latina, no reinado de D. José, já haveria a experiência de um professor público em Sines. O diploma de 6 de Maio de 1772 previa a abertura de cerca de 500 escolas oficiais entregues a professores que seriam previamente examinados pela Real Mesa Censória. Deveriam ser as câmaras municipais a fornecer as casas onde as aulas funcionariam. Este foi o modelo de investimento nas infraestruturas escolares até à Primeira República, como veremos mais adiante.

Foi criado um imposto específico para prover ao pagamento dos professores, o subsídio literário. O novo imposto incidia sobre o vinho, a aguardente e o vinagre, e todas as terras, sem exceção, deviam pagar o imposto, mesmo que não tivessem professor. Explica-se assim que várias terras, que não usufruíam de um dos lugares previstos inicialmente, solicitassem, logo em 1773, a criação de novos lugares.

Possivelmente a vila de Sines foi uma destas terras. Logo em 1774 o mestre de gramática Cipriano de Lima<sup>2</sup> apresentava-se à Câmara, com aprovação da Real Mesa Censória. O primeiro registo referente a um “mestre de ler escrever e contar” data de 1779. Teotónio da Fonseca Neto<sup>3</sup> vinha exercer o cargo em substituição de outro professor, não nomeado. Não há referências ao local em que as aulas eram ministradas nem aos alunos. O ensino da leitura, escrita e as quatro operações aritméticas era considerado o nível inicial da aprendizagem. Numa segunda fase os alunos interessados poderiam aprender gramática latina, retórica e filosofia.

Na primeira metade do século XIX o modelo da escola mantinha-se. Os professores de primeiras letras eram providos pela Coroa durante três anos e tomavam posse em sessão de câmara<sup>4</sup>. Em 1835 a Câmara solicitava um professor de gramática portuguesa e um professor de gramática latina<sup>5</sup>. Em 1840 o professor de primeiras letras José Albino Ferreira apresenta-se para trabalhar durante dois anos, para “ensinar todos os mancebos que se lhe apresentassem<sup>6</sup>”. Era portanto uma escola pública para o sexo masculino. José Albino Ferreira<sup>7</sup> já tinha interesses em Sines. Em 1838 aforou duas courelas no Rossio. Acabou por permanecer em Sines e exercer cargos importantes na Câmara Municipal: foi vereador em 1849, presidente da Câmara em 1851 e considerado apto para o Conselho Municipal em 1853. Era também membro da Confraria de Nossa Senhora da Conceição. Possivelmente fazia parte do grupo dos professores letrados embora sem estudos superiores, que foram autorizados a ensinar primeiras letras.

No entanto, as dificuldades de pagamento aos professores parecem ter sido frequentes. Em 1849 Francisco Luís Lopes<sup>8</sup> informava que a escola da vila tinha encerrado por falta de pagamento ao professor. Tivera no máximo 42 alunos. Deduz-se destas observações de Francisco Luís Lopes que em Sines na legislação de 1844, que tornava obrigatória a frequência da escola pelas crianças entre os 7 e os 15 anos, residentes numa povoação com escola oficial, não foi respeitada.

Havia, no entanto várias escolas particulares, para meninas e outra para meninos. Na escola feminina particular “ensina [-se] a ler, escrever e contar, sabe Deus como, e um pouco melhor a coser, bordar e marcar<sup>9</sup>”. Frequentavam a escola 30 meninas e 27 meninos. O autor contava somente 238 pessoas que sabiam ler e escrever, na vila, traçando um retrato negro da educação em Sines.



## **“Sines não tem uma casa para escolas sua”**

Durante a segunda metade do século XIX o mundo escolar está mais em evidência no Arquivo Municipal de Sines. A educação era tida como panaceia para a ignorância e o subdesenvolvimento dos povos, e tornou-se um tema fundamental para a opinião pública. Os programas baseavam-se na aprendizagem da leitura, da escrita, da aritmética, princípios de moral, civilidade, gramática e princípios de corografia de história de Portugal.

Apesar disso, apenas as crianças da vila tinham acesso ao ensino: “Todos os meninos, que cursão as Escolas, são da Villa. *Do campo não há nem um!*”<sup>10</sup>. Em 1868 o padre Macedo informava que “na porção rural da freguezia de Sines (...) há apenas 20 pessoas com a mesma instrução [que soletram e assinam o nome]”<sup>11</sup>. Somente em 1924, já na Primeira República, entrou em funcionamento a primeira escola fora na vila, no Bobulgão<sup>12</sup>.

Não havia edifício próprio para as escolas, preocupação que veio apenas a ser solucionada na Primeira República. Quanto a construção de um edifício de raiz, somente nos anos 40 do século XX, com o Plano dos Centenários, foi possível a sua construção. Até aí as escolas funcionaram em casas particulares, no Castelo e na quinta de São Sebastião, adquirida pela Câmara com esse propósito. A Junta da Paróquia e a Câmara Municipal de Sines encarregavam-se das despesas de aluguer das casas e de conservação das mesmas, bem como do mobiliário e da instalação de bibliotecas escolares.

A partir de 1855, data da extinção do concelho de Sines e da sua integração no concelho de Santiago do Cacém, as diligências para a criação e funcionamento das escolas coube à nova câmara. A Junta da Paróquia de Sines tornou-se a instância de execução de muitas das medidas então tomadas.

Em 1869 António Macedo e Silva<sup>13</sup> dá uma imagem pouco favorável do número de alunos das escolas de Sines. A escola pública existia somente para alunos do sexo masculino mas, entre 1856 e 1867 e com exceção dos anos de 1860-1862, para os quais não existe informação, a média foi de 36,22 alunos por ano. Os números relativos à escola particular feminina são curiosos. Entre 1853 e 1867, com exceção dos anos 1861 e 1862, sem informação, houve 757 alunas, numa média de 58,23 alunas por ano. A criação da escola pública para meninas deu-se pelo decreto de 11 de Junho de 1867, a pedido da Câmara Municipal, que se responsabilizaria pela casa onde funcionariam as escolas e onde viveria a mestra<sup>14</sup>.

A escola foi instalada no Castelo, nas casas do Governador. Contudo, o seu funcionamento foi irregular, pois muitas vezes não havia professora<sup>15</sup>. Francisco de Assis Maria Raposo, vogal da Junta da Paróquia, alertava para as consequências do encerramento da escola: é “grande prejuízo da instrução publica especialmente na classe menos abastada d'esta villa”. As meninas filhas das elites da vila teriam acesso ao ensino particular, muitas vezes proporcionado em casa da mestra ou da própria aluna.

### Escolas e sua frequencia na villa de Sines

Anos	Frequencia na de inscricao primaria do sexo masculino, paga pelo estado	Frequencia nas particulares, dos dois sexos		Nocturna	Observações
		Masculino	Feminino		
1853.....	-	15	48	-	
1854.....	-	16	45	-	
1855.....	-	19	49	-	
1856.....	28	-	30	-	
1857.....	26	-	20	-	
1858.....	36	-	42	-	
1859.....	30	-	48	-	
1860.....	(a)	-	40	-	
1861.....	(a)	-	(a)	-	
1862.....	(a)	-	(a)	-	
1863.....	50	-	150	-	
1864.....	41	-	118	-	
1865.....	46	-	70	70	Matricularam-se 120 (b)
1866.....	27	-	27	61	
1867.....	42	-	70	56	

Fig. 3- As escolas em Sines, nos Anais do Município de Santiago do Cacém. Edição de 1869, p. 112.

Em 1869 a Câmara Municipal de Santiago do Cacém e o Ministério da Guerra acordam o empréstimo das casas do Governador, no Castelo, ao município, para servirem de escola e casa para a mestra<sup>16</sup>. Esta utilização não foi pacífica, com constantes solicitações do espaço para outros fins<sup>17</sup>. Hoje a utilização do Castelo para fins escolares pode parecer inusitada. Contudo, o Castelo foi durante muito tempo o edifício público com mais espaço disponível e mais dignidade para receber os mais diversos serviços. Por exemplo, foi no castelo que a Câmara Municipal de Sines recém-restaurada em 1914 se instalou, tal como a Junta de Freguesia<sup>19</sup>, enquanto não se adquiriu o palácio de São Sebastião.

Em 1884 a Junta da Paróquia de Sines, com competências delegadas da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, iniciou as obras necessárias no Castelo, pois as salas utilizadas para a escola precisavam de cuidados de conservação. A escola funcionava no primeiro andar. São as primeiras obras no Castelo de que se possuem documentos de arquivo no Arquivo Municipal. Constavam de arranjos nas portas e janelas, rebocos, colocação de ladrilhos e derrube de um antigo forno<sup>20</sup>.

Em 1901, contudo, o Jornal de Sines alertava para as más condições das escolas em Sines:

*“Sines não tem uma casa para escolas sua, do sexo masculino que é arrendada não tem condições higienicas e é situada numa rua estreita immunda, fria e onde raras vezes entra o sol.*

*A do sexo feminino é no antigo castello, numa casa velha sem condições higienicas que a lei exige, esbaracada [sic] accrescendo a circumstancia que as creanças estão quasi à porta da rua.”*

*Jornal de Sines, 3 de Fevereiro de 1901*

A partir dos anos 80 do século XIX a Junta da Paróquia passou a dispor de 3% sobre as contribuições gerais do Estado para prover às despesas com as escolas, para satisfazer as condições da lei de 2 de Maio de 1878 segundo a qual era responsabilidade das Juntas da Paróquia as despesas com a instrução. Cabia à Junta o aluguer das casas para as aulas e para a morada dos professores, a mobília e a biblioteca das escolas. Um dos professores, Jacinto Albino Pereira Garras, residia em Sines, mas a Junta pagava-lhe o aluguer das suas próprias casas, onde residia e onde dava aulas<sup>21</sup>.

No que respeita à primeira biblioteca escolar, conhecemos um pouco o seu conteúdo através de uma lista de livros considerados indispensáveis que foram adquiridos pela Junta. Aqui apresentamos alguns dos livros:

- *Instrução Popular (obra em três partes, com gravuras: Primeiro, Segundo e Terceiro Livro da Escola)*. Lisboa, 1877. José António Simões Raposo;
- *Deveres dos filhos, tradução de João de Deus (1875)*
- *Cartilha Maternal ou arte da Leitura, João de Deus*

Entre 1881 e 1892 a Junta da Paróquia elaborou recenseamentos muito completos das crianças em idade escolar, por determinação da lei de 2 de Maio de 1878. Veja-se, por exemplo, o recenseamento de 1881<sup>23</sup>. Nesse ano havia 259 crianças na vila, de ambos os sexos, em idade escolar. No “campo a menos de dois quilómetros”, em locais como a Lameira, São Pedro, São Marcos, o Convento, a Poveira, viviam onze crianças. No “campo a mais de dois quilómetros” 147 crianças. Os locais mais povoados eram o Porto Côvo, a Ribeira dos Moinhos, a Dalda e o Saboroso.



Fig. 4- Primeira página da Cartilha Maternal. Exemplar da Biblioteca Nacional.

*Recenseamento de todas as crianças de idade escolar em Sines em 1881*

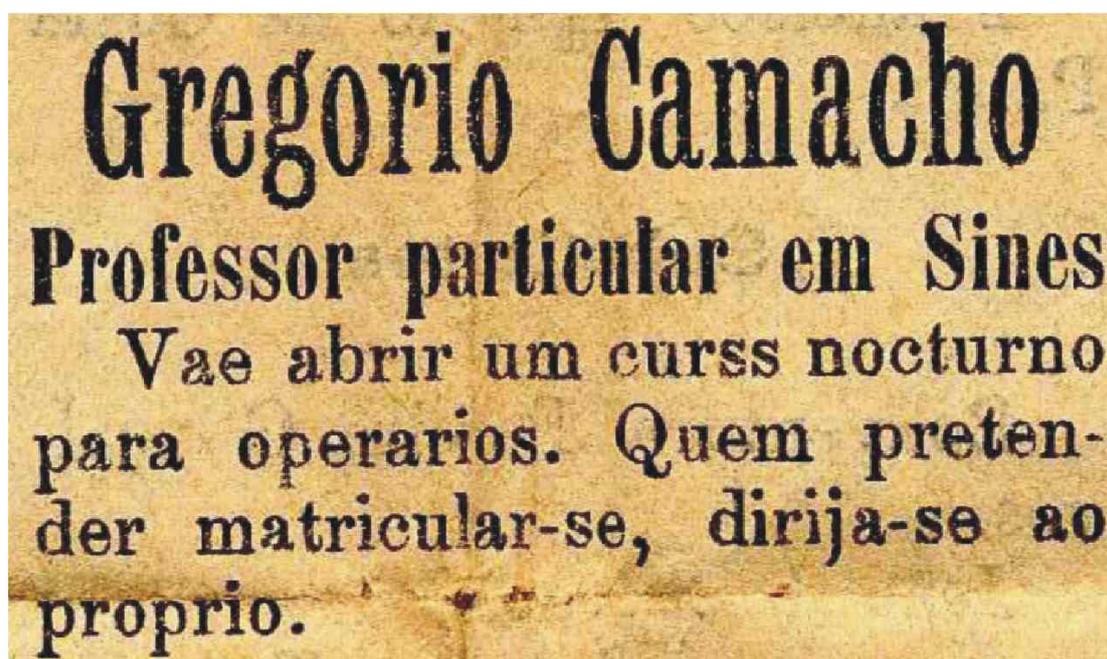
N.º	Nome	Idade	Sexo	Estado	Localidade
1	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
2	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
3	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
4	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
5	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
6	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
7	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
8	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
9	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
10	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
11	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
12	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
13	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
14	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
15	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
16	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
17	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
18	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
19	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
20	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
21	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
22	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
23	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
24	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
25	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
26	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
27	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
28	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
29	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo
30	Albino	11	M	em casa	Porto Côvo

Fig. 5- Recenseamento das crianças em idade escolar da freguesia de Sines. 1881-1891. PT/CMSNS/JFSNS02/A/F/14. Fl.1v.

Centremo-nos então na vila e, concretamente, na ocupação das crianças. Embora acerca de 30% das crianças não exista informação, sabemos que apenas uma parte se encontrava de facto na escola (35,5%). Entre as meninas é a escola que mais as ocupa (34%), embora a percentagem suba no caso dos rapazes (37,4%). No entanto, tendo em conta que 11,8% das meninas “andavam na mestra”, o número de meninas escola com acesso a uma aprendizagem formal sobe para os 45,8%, número superior ao demonstrado pelos meninos.

A divulgação dos ideais republicanos em Sines também se traduziu no mundo escolar. No jornal manuscrito O Brado, publicado em Sines em 1906, Virgílio Vilhena defendia a “instrução” como indispensável ao desenvolvimento do indivíduo e das sociedades: “A Instrução é o alimento do espírito, e um homem sem instrução é um navio sem leme, ou para melhor dizer, um homem inútil; nos países mais adeantados da Europa o ensino é obrigatório, Portugal também tem uma lei para esse fim; mas como pode ser ella obedecida se não há escolas sufficientes?!”.

Outras formas de aprendizagem além das tradicionais começaram a surgir. O Jornal de Sines de 24 de Fevereiro de 1901 relata a chegada a Sines de um professor de uma escola-móvel pelo método João de Deus. Em Sines a escola móvel funcionava com o apoio da Associação dos Socorros Mútuos, a qual fornecia o espaço para a realização dos exames. Em 1901 a coletividade convida os membros da Junta da Paróquia a assistir às provas finais “da 94ª Missão das Escolas Moveis pelo methodo de João de Deuz<sup>24</sup>”. Por outro lado, um professor de Sines, Gregório Machado, editor do Jornal de Sines, oferecia-se para abrir um curso noturno para operários, em 1900.



**Gregorio Camacho**  
**Professor particular em Sines**  
Vae abrir um curss nocturno  
para operarios. Quem preten-  
der matricular-se, dirija-se ao  
proprio.

Fig. 6. Anúncio de Gregório Camacho no Jornal de Sines de 30 de Dezembro de 1900. Arquivo Municipal de Sines. Coleção de Reservados.

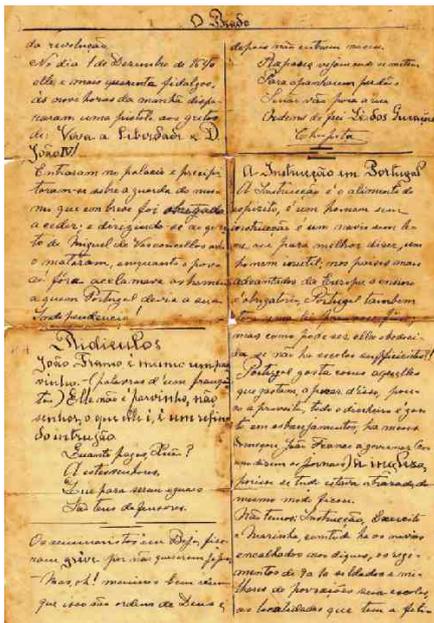


Fig.7- Página do Brado onde Virgílio Vilhena inicia o seu texto. O Brado: semanário instructivo e noticioso. Direção de Leonel Silva e edição de Virgílio Vilhena. 1ª Edição. Sines: O Brado, 1906. Nº 2, Dezembro de 1906. Pp.2-3. Arquivo Municipal de Sines.

A defesa da educação pelos republicanos assumia outras formas, como as atividades cívicas e patrióticas. Complementavam a educação formal e procuravam desenvolver o espírito cívico dos futuros cidadãos. A Festa da Árvore foi comemorada nas escolas de todo o país a partir de 1913. O dia 9 de Março foi dedicado ao culto da árvore pela Primeira República, mas as festas da árvore já se realizavam de forma espontânea ainda ano período monárquico. A árvore tem uma leitura simbólica vasta e ancestral como elo entre o passado e o futuro, símbolo de renovação social<sup>26</sup>.



Fig. 8-1913. "As creanças cantando o hino à árvore". Cliché de José Monteiro Guerreiro. Festa da Árvore em Sines. Ilustração Portuguesa. 24 de Março de 1913. Arquivo Municipal de Sines.

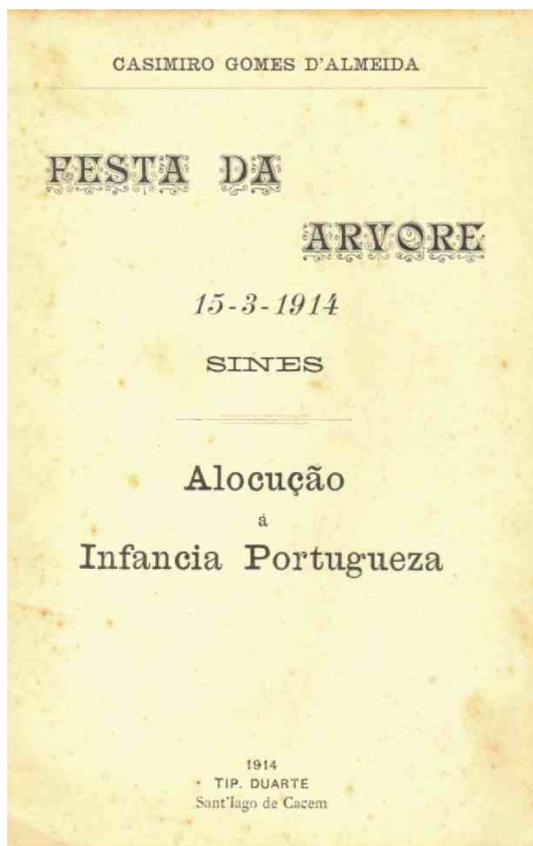


Fig. 9- ALMEIDA, Casimiro Gomes de - Alocução à Infância Portuguesa. 1ª Edição. Sines: edição do autor, 1914. Impresso na Tipografia Duarte, Santiago do Cacém. Arquivo Municipal de Sines

Em 1914 a festa da árvore de Sines incluiu um discurso de Casimiro Gomes de Almeida, à data representante do Governo junto da Fiscalização da Indústria Corticeira. As suas filhas, “a mestra Carvalho, a D. Aurea e D. Aline” foram mais tarde professoras particulares<sup>27</sup>.

A defesa da educação foi uma luta também desempenhada pelas mulheres. Em Dezembro de 1909, em Sines, começou a ser publicado o jornal *A Juventude*, dedicado às crianças. A sua redação e propriedade pertenciam a mulheres: Hilda Chalbert, Regina Dulce e Maria Emília Garraz Santos. A postura pedagógica d'*A Juventude* remete para a valorização da educação, entendida como formação da personalidade, comportamentos e valores da criança, e não da instrução, tida como a comunicação de conhecimentos. A redação assume-se não pela “gravidade pedagógica” mas antes pela vontade de “(...) ministrar-vos [às crianças], pelos meios que julgamos mais atrahente algumas noções de moral (...)”. A redação não se revê em métodos pedagógicos intransigentes, mas antes, na senda de Rousseau, vê nas crianças criaturas inocentes e talentosas, que a educação pode tornar adultos felizes:

*“A Juventude” quer-vos saltitantes, alegres, chilreadores e cheios de bondade para todos; por isso não vos entristecerá nunca com a descrição d'um professor ou d'uma professora de olhar duro e mão da férula, que vigiam severamente os alumnos para ver se estudam a lição, se beliscam os visinhos de banco, durante horas intermináveis”.*



Fig. 10- A Juventude: revista infantil. N° 1, 1909. Biblioteca Nacional.

## A restauração do concelho e a educação

Ainda antes da Restauração do Concelho, no início do século XX, a Junta da Paróquia propõe a aquisição do palácio de São Sebastião, da posse dos fabricantes de cortiça Herold, para a instalação das escolas<sup>28</sup>. As escolas serão finalmente instaladas em 1915, após a restauração do concelho<sup>29</sup>, não sem dificuldade. Apenas em 1915 a aquisição foi formalizada, com o apoio de José Marreiros da Rosa, membro do executivo que emprestou a quantia que ainda faltava à Câmara Municipal para finalizar a aquisição<sup>30</sup>. A propriedade foi descrita como um palacete com as suas dependências e terrenos anexos: terraços, arrecadações, pátios e casas em ruínas<sup>31</sup>.

Os professores, Jaime António Baião Salgado e Isabel de Aragão Lamy, usufruíam do quintal do edifício como horta<sup>32</sup>, uma forma de equilíbrio do orçamento familiar. Para separar os dois sexos tentou-se que meninas e meninos utilizassem escadas separadas, mas, dado que as escadas do quintal eram íngremes, os alunos de ambos os sexos passaram a entrar pela “escada principal”<sup>33</sup>. Do professor Jaime ficou a memória do “mestre Jaime, Bom homem, Bom professor e Bom amigo”<sup>34</sup>.

Em Agosto de 1923 a Câmara Municipal aprovou as obras numa casa do rés-do-chão, a construção de um tabique para fazer mais uma sala, a colocação de uma chaminé e de um postigo<sup>35</sup>. Num ofício de 1930, o diretor da Escola Primária Masculina solicita à Câmara um “pote para agua potável, a fim das crianças encontrarem água no edifício, evitando assim a perda de tempo na saída a satisfazer essa necessidade e o perigo de irem beber aguas impróprias para consumo”<sup>36</sup>.



Fig. 11- A Câmara Municipal de Sines na primeira metade do século XX. A escola funcionava no primeiro andar.  
PT/CMSNS/CMSNS/SIDI.



Fig.12- Uma turma da escola feminina no edifício da Câmara. Empréstimo da Sra. Maria Odete Cardoso.



Fig.13- Uma turma da escola masculina no edifício da Câmara. Empréstimo da Sra. Maria Odete Cardoso.

Desconhece-se quando é que o edifício começou a ser utilizado também pela repartição de Finanças. Em 1935 o chefe de repartição de Finanças de Sines reclamava junto do Presidente da Câmara pelo inconveniente de partilhar o mesmo espaço com as escolas da vila<sup>37</sup>. Os alunos eram barulhentos e pouco respeitosos e em número excessivo.

Em 1932 o presidente da Junta Escolar, Mário Tavares, denunciava a exiguidade das instalações, a qual determinara a exclusão de vários alunos por falta de espaço<sup>38</sup>. Em 1932 matricularam-se 325 alunos na vila. Apesar da falta de espaço, a escola tinha uma biblioteca, a funcionar no gabinete dos professores<sup>39</sup>. Em 1941 o presidente da Câmara Municipal de Sines já solicitava apoio técnico para a elaboração do projeto de remodelação do edifício<sup>40</sup>. No ano seguinte já se concluía que mesmo com obras de melhoramento o edifício nunca teria o “mínimo de condições pedagógicas indispensáveis”, pelo que se decidiu pela construção de um edifício novo<sup>41</sup>.

As atividades pedagógicas eram acompanhadas por atividades cívicas, um resquício das festas republicanas. As meninas expunham os seus trabalhos manuais na escola<sup>42</sup>; meninas e meninos participavam nas comemorações do 1º de Dezembro de 1640 e na plantação da chamada “Árvore do Renascimento<sup>43</sup>”, festas acarinhadas pelo Estado Novo mas que foram popularizadas durante a Primeira República. Em 1940 os alunos das escolas também participaram nas festas dos centenários da fundação do país e da restauração da independência, celebrações realizadas a nível nacional<sup>44</sup>.

A construção de um edifício de raiz para as escolas da vila iniciou-se na segunda metade da década de 40 do século XX. O local escolhido, a curta distância da vila, era ocupado por pequenas habitações precárias. O realojamento dos habitantes, em 1947, fez-se através da auto-construção das “barracas” pelos desalojados. A madeira foi cedida pela Câmara e as telhas pela Junta Central da Casa dos Pescadores, provenientes do antigo Sanatório Pratz<sup>45</sup>.

Os edifícios escolares começaram a ser utilizados em 1949, em Outubro<sup>46</sup>. Cada um tinha quatro salas, todas em utilização desde o início. Rapidamente se verificou a necessidade de aumentar o número de salas e de construir uma cantina<sup>47</sup>, que funcionava numa das salas de aula. Em 1950 o distrito escolar de Setúbal decretou a sua transferência para que aí pudessem decorrer aulas<sup>48</sup>. Desconhece-se o local onde foram servidas as refeições até à construção da cantina. Apenas em 1955 se equacionou a construção de um edifício de raiz para as cantinas<sup>49</sup>, concluído em 1957<sup>50</sup>.



Fig. 14-196?- As escolas feminina e masculina e a cantina. Coleção Fotográfica do Arquivo Municipal de Sines.

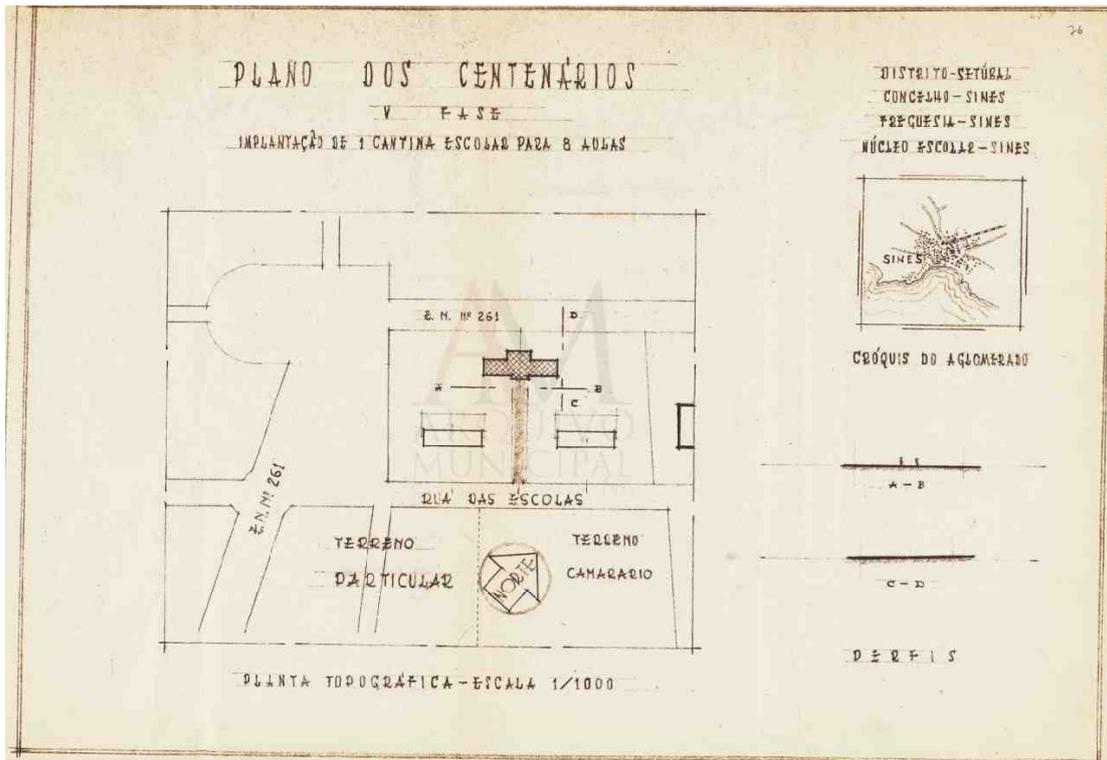


Fig. 15- 1955-1956?- Implantação de uma cantina escolar para 8 salas. PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1



Fig.16- Uma turma feminina nos anos 50. Empréstimo da Sra. Maria Odete Cardoso.

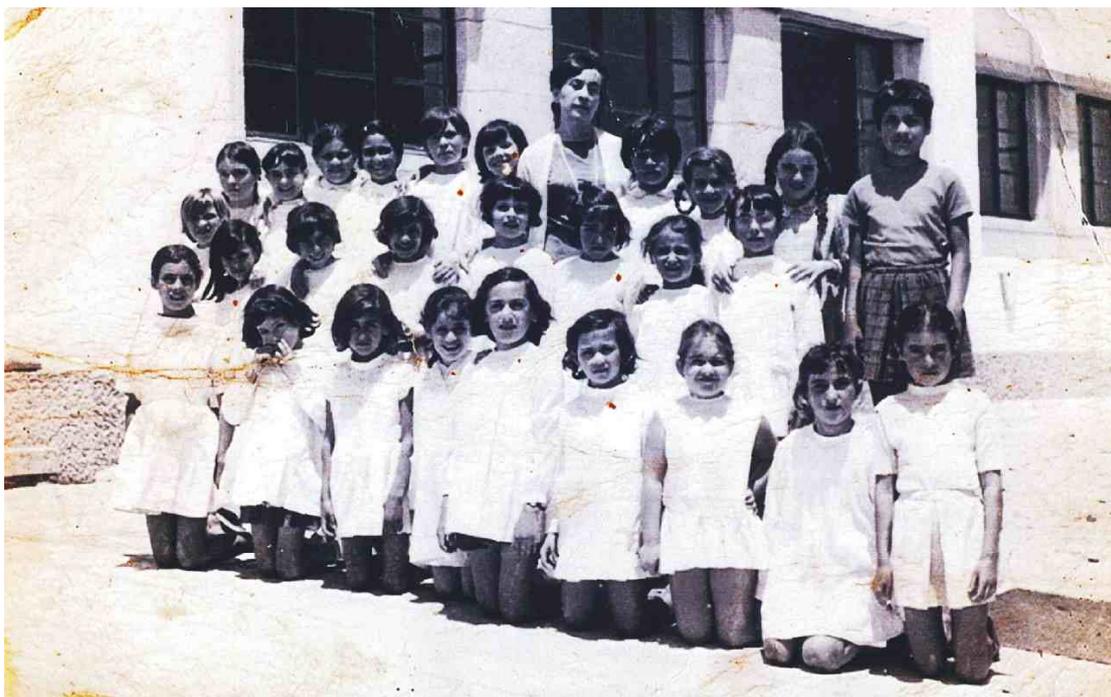


Fig. 17- 1969- A turma da professora Cristina. Empréstimo da Sra Manuela Nobre.

Em 1965 o crescimento da população escolar exigia o aumento do número de salas de aula na vila. Equacionou-se a localização de mais duas salas na Rua Pedro Álvares Cabral, mas, dado que a cantina já tinha sido construída, preferiu-se o aumento do número de salas nos edifícios já existentes<sup>51</sup>. O Complexo Industrial e o conseqüente crescimento demográfico da vila determinou a construção de outra escola primária próxima da localização prevista em 1965, na Quinta dos Passarinhos.



Fig. 18- As professoras da Escola nº 1 em 1988. Empréstimo da professora Mariazinha

O Decreto 20181 de 7 de Agosto de 1931 determinava a criação de escolas nos lugares em que houvessem 45 crianças em idade escolar. O Decreto 20604, de 9 de Dezembro do mesmo ano, precisava que os lugares elegíveis eram aqueles distantes de menos de 2 quilómetros das escolas oficiais. No concelho de Sines vários eram os lugares onde a lei poderia ser cumprida: Cabeça da Cabra<sup>52</sup>; Ribeira da Junqueira, Paiol, Fontainhas, Sonega, Valverde e Palrão<sup>53</sup>. Destes postos, apenas alguns foram construídos, já nas décadas de 50 e 60. Em 1936 os habitantes das Palmeiras pediam a criação de uma escola e o presidente indicou mesmo o nome de uma possível regente<sup>54</sup>, mas desconhece-se se entrou em funcionamento.

Funcionaram também vários postos de ensino noturno, para adultos. A Câmara de Sines considerava que estes cursos, além de funcionarem na vila, poderiam também funcionar na Cabeça da Cabra<sup>55</sup>, na Ribeira e nas "Índias"<sup>56</sup>. Hoje estas zonas são parte integrante da cidade, mas à época eram arrabaldes ainda distantes da vila. Em 1939 o presidente da Câmara de Sines solicitava ao Governador Civil a criação de um posto de ensino diurno e outro noturno: "seria de uma grande conveniência, não só para as crianças dos populosos lugares da 'Ribeira' e das 'Índias', que passariam a frequentar, deixando assim de se deslocarem de uma grande distância, para virem às escolas da sede, como ainda para os adultos, moradores nesses mesmos lugares, quasi todos marítimos, e na sua grande maioria analfabetos, que também a passariam a frequentar". À Câmara caberia a instalação física e o pagamento das despesas do funcionamento. Aos professores cabia o pagamento da renda das casas onde viviam, com auxílio da Câmara<sup>57</sup>, enquanto esta entidade era responsável pelo arrendamento ou aquisição dos edifícios escolares e pelo mobiliário e material escolar<sup>58</sup>. Por vezes também a Junta Escolar custeava o material escolar e o mobiliário necessários<sup>59</sup>.

Na década de 40, além da escola do Bobulgão, a mais antiga, funcionavam também a escola da Ribeira dos Moinhos, cujo funcionamento teve início em 1936<sup>60</sup>, a escola da Cabeça da Cabra<sup>61</sup>. Somente nos anos 50 foi possível a construção de edifícios de raiz em terrenos adquiridos pelo Município das escolas da Ribeira da Junqueira, Arneiro Branco, Cabeça da Cabra, Lentiscais, Bêbeda de Baixo, Bolbugão, Ribeira dos Moinhos, Cabeça da Cabra e Morgavel<sup>62</sup>.



Fig. 19- A escola dos Lentiscais em 2000. Coleção Fotográfica do Arquivo Municipal de Sines.

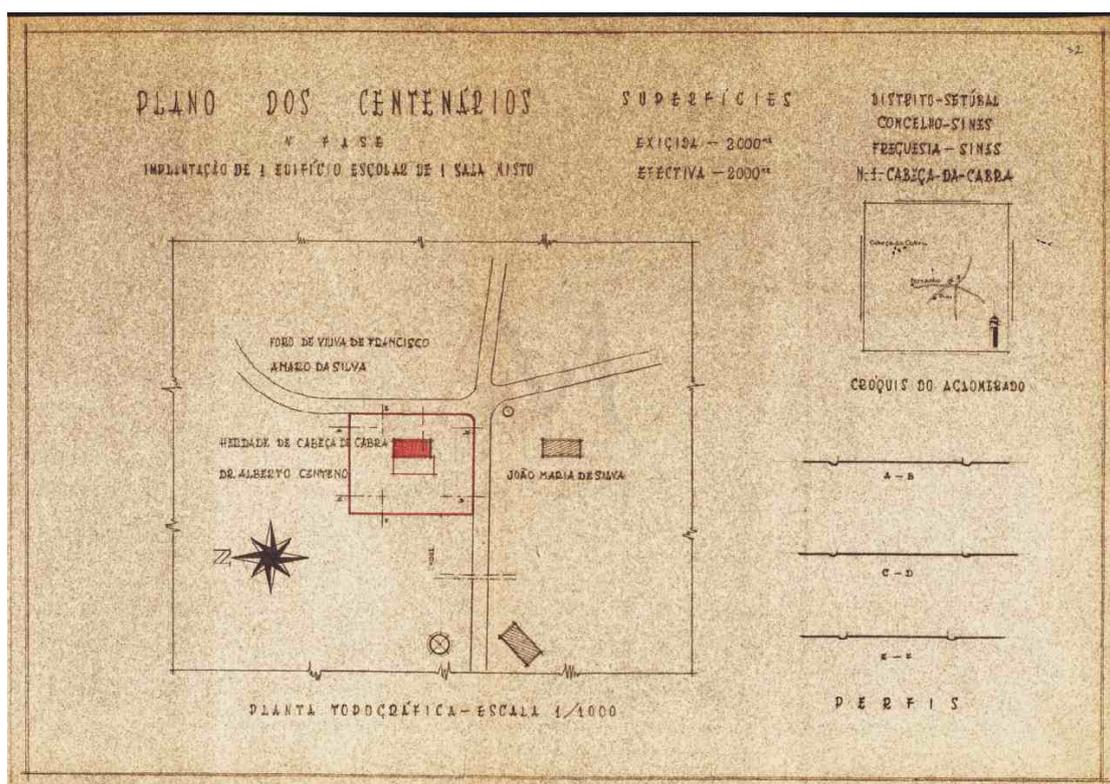


Fig. 20- 1957- Implantação de um edifício escolar de uma sala misto na Cabeça da Cabra. PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1



Fig. 21- A escola da Cabeça da Cabra em 2000. Coleção Fotográfica do Arquivo Municipal de Sines.

## O parto difícil da escola no Porto Côvo

No Porto Côvo conhecem-se tentativas para criar uma escola pública desde 1919. Na pequena aldeia “quasi todas as casas que existem nesse lugar são pertença do sr. Conde do Porto Côvo da Bandeira (...) [que tem demonstrado] censurável má vontade contra tudo o que representa instrução<sup>63</sup>”. A aldeia fora criada no século XVIII pelo Conde de Porto Côvo Bandeira, que detinha a propriedade dos terrenos. Ainda em 1932 o jornal *A Renovação* criticava a conduta do Conde<sup>64</sup>, que não permitira ainda a instalação da escola numa casa própria. A Câmara Municipal de Sines procurou, através da criação da freguesia do Porto logo em 1919<sup>65</sup>, só realizada em 1984, esbater este poderio.

O posto escolar masculino do Porto Côvo foi criado em 1941, mas não existia ainda uma casa onde as aulas pudessem decorrer<sup>66</sup>. A Câmara Municipal procurava adquirir uma casa para a instalação do posto escolar, aquisição sempre dificultada pelo facto de as propriedades serem ainda da propriedade do Conde do Porto Côvo, por via da Comissão Liquidatária da Casa Porto Côvo<sup>67</sup>. Em 1942 tiveram início as aulas para os dois sexos, em regime de curso duplo<sup>68</sup>, na casa dos herdeiros de Francisco Pincho. Apesar disso, o funcionamento da escola feminina e da escola masculina foi irregular durante a década de 40, devido às dificuldades físicas trazidas pelo edifício, uma casa de habitação<sup>69</sup>. O edifício foi adquirido somente em 1946<sup>70</sup>, quando já precisava de obras de conservação<sup>71</sup>. Logo em 1947 a construção de um edifício de raiz para aí funcionarem as escolas estava previsto na 3ª fase da construção do Plano dos Centenários<sup>72</sup>. O terreno para o edifício foi doado por Salvador Vilhena em 1948<sup>73</sup>.

A escola do Porto Côvo foi concluída somente em 1953, e a cantina também, construída pela Comissão Concelhia da União Nacional<sup>74</sup>. O terreno foi adquirido em 1954 pela Câmara Municipal e foi destacado do prédio denominado Porto Côvo do Norte<sup>75</sup>. Em 1960 e em 1964 foi ampliada para permitir a assistência escolar a mais alunos<sup>76</sup>.

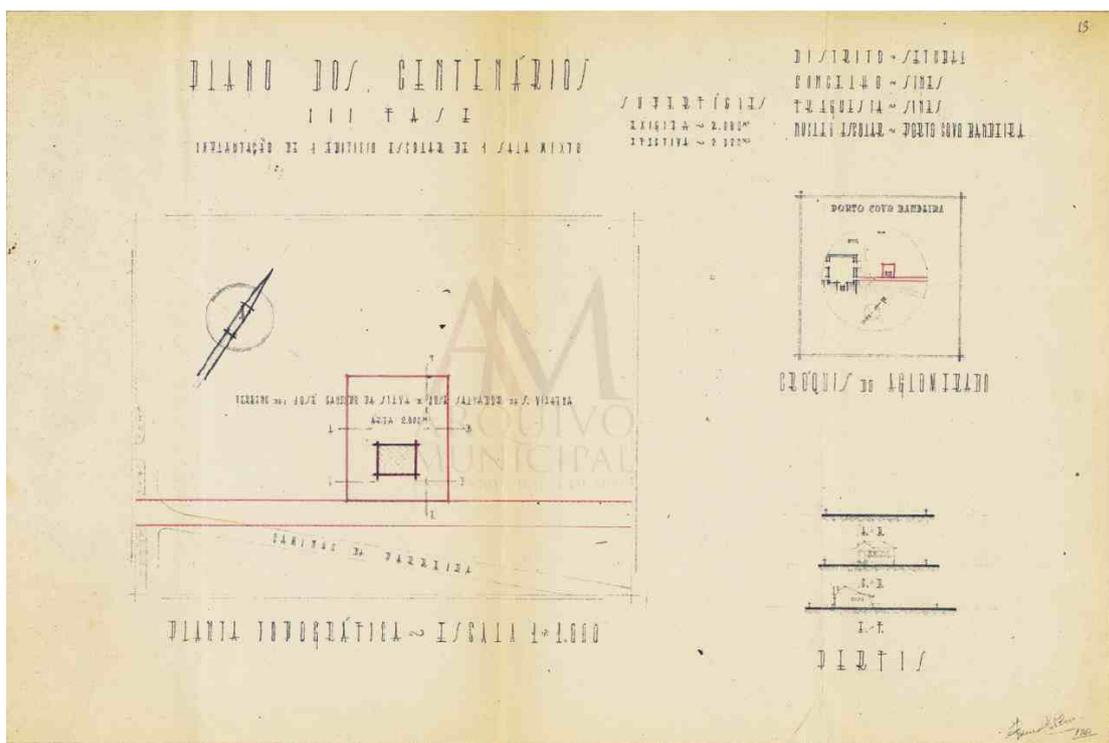


Fig. 22- 194?- 195?- Implantação de um edifício escolar de uma sala misto no Porto Côvo. PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1



Fig.23-1971- Visita do governador Civil de Setúbal, Miguel Bastos, ao Porto Côvo. A recebê-lo, as alunas e os alunos das escolas feminina e masculina. Coleção Fotográfica do Arquivo Municipal de Sines.



Fig.24-1971- A escola do Porto Côvo em 2000. Coleção Fotográfica do Arquivo Municipal de Sines.

## Outras escolas no concelho

Além das escolas oficiais, surgiram outros estabelecimentos de ensino no concelho. Em 1941 entrou em funcionamento a escola da Casa dos Pescadores, destinada aos filhos destes profissionais. A Casa dos Pescadores funcionava em Sines como filial da sua congénere de Setúbal. Em 1945<sup>77</sup>, através de um auto de cessão, a Junta Central da Casa dos Pescadores tomou posse dos edifícios do Sanatório Pratz para aí instalar as suas obras de assistência, nomeadamente as escolas e o “asilo de velhos”, entre outros serviços, embora a documentação permita deduzir que a Casa dos Pescadores já aí funcionava anteriormente.

A escola não teve uma existência fácil. Em 1942<sup>78</sup> o presidente da Câmara informava o Governador Civil de Setúbal das dificuldades causadas pela desistência de duas professoras, que deixava 80 crianças sem frequência escolar. Em 1943 foram concluídas as obras na Casa de Trabalho Feminino<sup>79</sup>. As refeições (almoço e lanche) para as alunas da Casa de Trabalho eram fornecidas pela Casa de Repouso Pratz<sup>80</sup>.

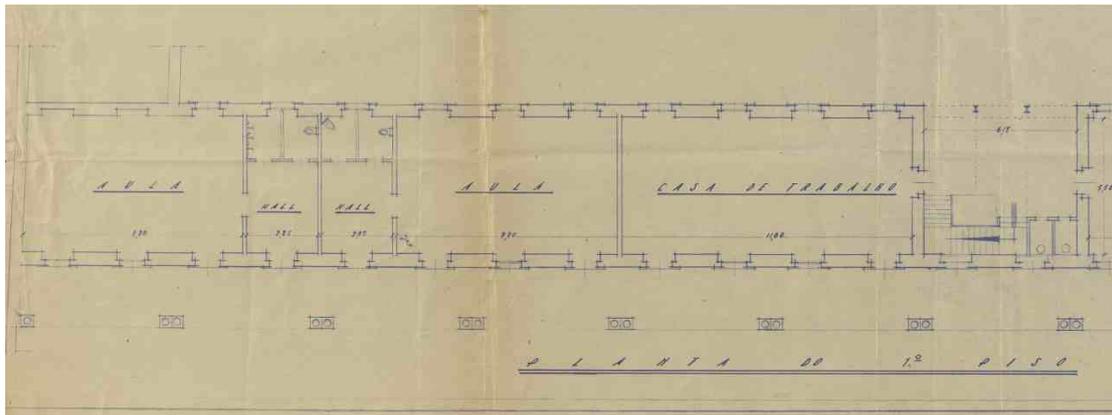


Fig.25-1944. Pormenor do projeto de adaptação dos pavilhões do antigo Sanatório Pratz.  
PT/CMSNS/CMSNS/POT/6/36.

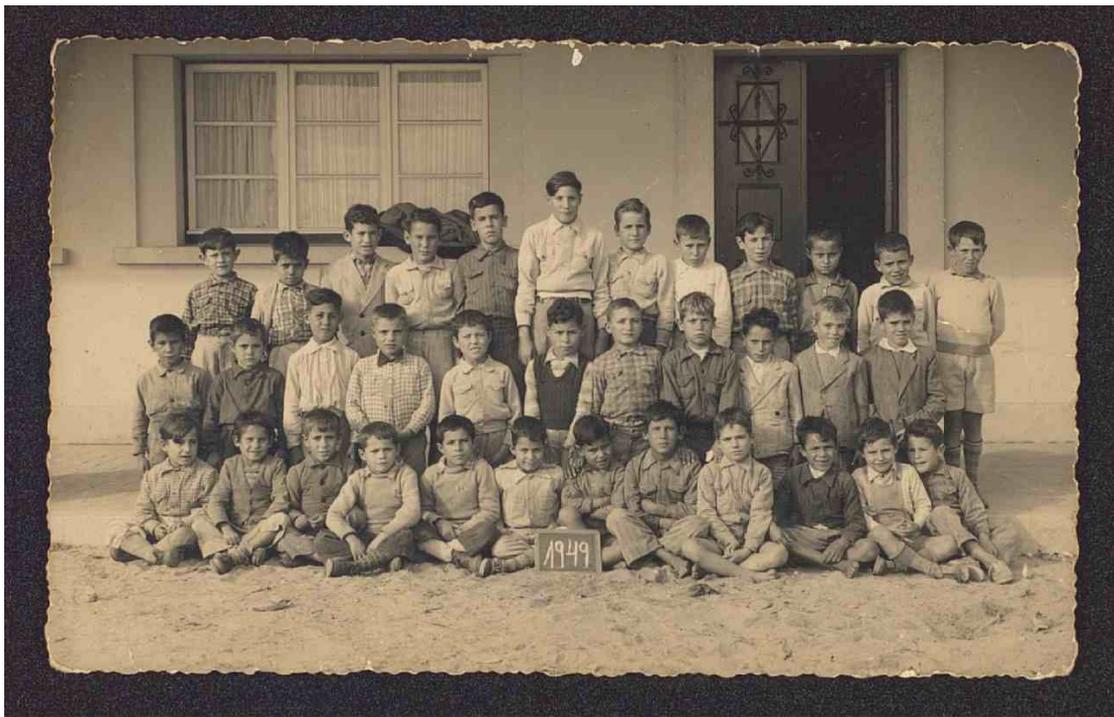


Fig. 26- 1949- Turma masculina da “Escola dos Pescadores”. Empréstimo da Sra. Maria Odete Cardoso.

O ensino primário também foi promovido por particulares, mais interessados na educação do que o Conde de Porto Côvo. Na Provença, José Miguel da Costa criou uma escola de ensino primário para os trabalhadores agrícolas<sup>81</sup>. O futuro fundador do Museu de Sines teve uma educação republicana, que tinha na educação a principal fonte de emancipação humana e de desenvolvimento social.

António da Costa Pinela de Campos, antigo aluno, conta que as aulas decorriam à noite, depois dos trabalhos agrícolas. O professor era João Correia, da Casa do Povo, e a escola funcionava numa queijaria desativada. A escola funcionou durante pouco tempo, por falta de alunos, exclusivamente do sexo masculino. António Campos prosseguiu os estudos com uma professora particular, a D. Maria Luísa, nos Lentiscais, que o preparou para os exames da 3<sup>a</sup> e 4<sup>a</sup> classe.

Existiam outras formas de ensino, mais informais, utilizadas fora da vila. As populações rurais pouco acesso tinham ao ensino, quer pela distância das escolas quer pela dificuldade em abandonar os trabalhos agrícolas. Catarina da Costa Pinela de Campos recorda-se de um professor ambulante que ensinava a ler e a escrever a partir da Cartilha Maternal. Era pago em géneros e em dinheiro. Também António da Costa Pinela de Campos se recorda de Jacinto Guerreiro, que no Monte da Quinta (freguesia de Sines), ensinava a ler. Jacinto Guerreiro foi também poeta popular.

Apesar de o ensino primário ser já um dado adquirido, não existia ainda ensino público “liceal”, e os alunos que desejassem prosseguir estudos deslocavam-se a Setúbal, no Liceu Bocage<sup>82</sup>. Um grupo de professores, onde avultava a professora Jesuína Prazeres Júlio, garantiu o primeiro ciclo do ensino liceal entre 1947 e 1953, para ambos os sexos, no Colégio Luís de Camões<sup>83</sup>. O estabelecimento acabou por encerrar em 1953, por falta de frequência<sup>84</sup>. Outros interessados no ensino privado liceal surgiram, nomeadamente Augusta Marques de Araújo e Mário Roxo Duarte de Sequeira, que, contudo, não obtiveram o licenciamento. Apesar disso a sua escola ainda funcionou<sup>85</sup>. Outros interessados, nomeadamente Augusta de Melo Bandeira, também viram a pretensão ser ignorada<sup>86</sup>, apesar das tentativas da Câmara Municipal<sup>87</sup>.

O problema do ensino preparatório e do ensino secundário em Sines prolongou-se até aos anos 70, quando foi criada a Escola Básica Vasco da Gama, e finalmente, na década de 90 do século XX, com a abertura da Escola Secundária Poeta Al Berto. Até lá os alunos interessados em prosseguir o seu percurso escolar tinham que deslocar-se a Santiago do Cacém e a Santo André. O 2º ciclo do ensino básico teve ainda lugar, antes da Escola Vasco da Gama, na Rua José Martins Ferreira. A teleescola também funcionou em Sines, na Rua Teófilo Braga.



Fig.27-S.d.- A escola nº 2 de Sines. Coleção Fotográfica do Arquivo Municipal de Sines.

### **A assistência aos “alunos pobres”**

Não existiu no Estado Novo a figura da assistência social escolar. No entanto, desde 1923 a legislação previa o funcionamento de Caixas de Assistência Escolar. Em Sines a Caixa de Assistência Escolar aos Alunos Pobres do Concelho distribuía refeições<sup>88</sup> e material escolar aos alunos considerados pobres. A Caixa era dirigida pelos professores, com verbas coletadas junto dos alunos, embora a Câmara pudesse auxiliar monetariamente.

Em 1936 o seu diretor, o professor José Carlos Martins, informava que a Caixa apoiava metade da população escolar de Sines, um apoio indispensável para evitar o abandono escolar que a Câmara deveria continuar a apoiar: “Uma tal atitude [final da ação] muito prejudicaria o rendimento escolar das escolas desta, visto algumas crianças abandonarem a escola e outras, por falta de material indispensável, não atingirem os conhecimentos que deviam atingir, atrasando-se da média escolar e vindo prejudicar com o seu atrazo o normal rendimento da escola<sup>89</sup>”.

Por outro lado, vários particulares organizavam bailes e festas cujas receitas revertiam para as “crianças pobres”. Estas atividades caritativas eram em geral organizadas por mulheres, e integravam uma forte simbólica social, mesmo que os apoios fossem pontuais e não chegassem a todos. Em 1936 Etelvina Novak Pidwell e João Belo reuniram oitenta e sete escudos num baile realizado no dia 27 de Setembro. No dia seguinte ofereceram uma “merenda” nos “jardins da casa do Excelentíssimo Senhor Candido Tavares, onde foi oferecido às crianças pobres da vila,

previamente avizadas por 'pregão', as sandwiches, rições, croquetes, bôlos e vinho tinto, que não foram consumidos na véspera<sup>90</sup>”.

As coletividades locais organizavam récitas teatrais e bailes para financiar a Caixa Escolar, o Hospital, a Casa dos Pescadores e a Associação de Socorros Mútuos. Professores como Patrocínia Galope dos Reis Delicado e o marido Israel dos Reis Delicado, além da atividade letiva, participavam como pianista e violinista, respetivamente, nos recitais de caridade<sup>91</sup>.

Em 1936 a Caixa interrompeu o seu funcionamento. Em 1941 já funcionava novamente, administrada pelos professores, liderada pela professora Ana Borregana Lopes Paulo<sup>92</sup>. Esta professora, conhecida carinhosamente por D. Aninhas, “foi uma professora muito extremosa, para todos os seus alunos, deixando portanto no coração de todos um lugar inigualável<sup>93</sup>”. Em 1947<sup>94</sup> a Caixa não recebia subsídios de entidades públicas, mas continuava a fornecer livros e material escolar aos alunos pobres. Contava com o apoio de particulares, cujos donativos ascenderam esse ano a 1.246\$50.

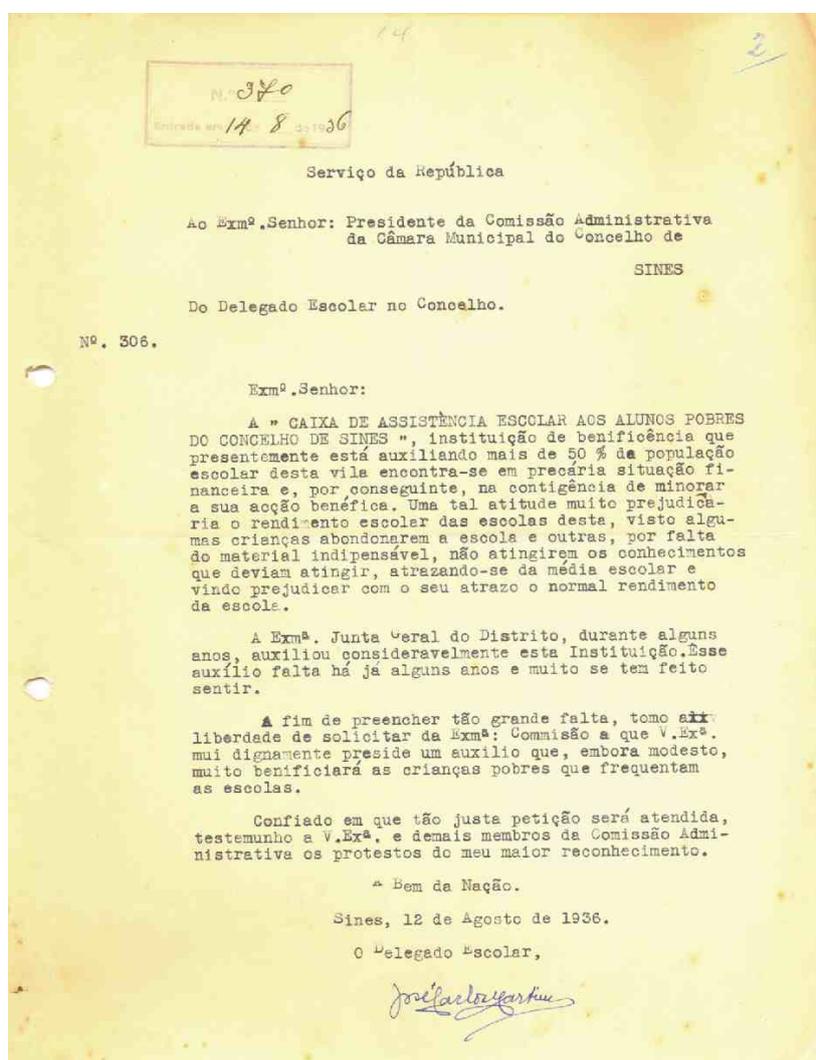


Fig. 28-1936, Agosto, 12, Sines- José Carlos Martins, delegado escolar, solicita o apoio da Câmara Municipal de Sines para a Caixa Escolar. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/130/2.

## CONCLUSÕES

A educação pública em Sines foi uma conquista árdua e demorada, que apenas na segunda metade do século XX pôde ser alcançada de forma sistemática em todo o concelho. Até lá a frequência da escola restringia-se aos moradores da vila e sede do concelho, apesar das tentativas de vários regimes políticos para alargar o acesso à chamada “parte rural de Sines”. Apesar dos regimes liberais e republicano apostarem fortemente na educação, no seu discurso público, faltavam sempre os meios para formar professores, assegurar os seu vencimentos e instalar as escolas em edifício próprios. Muitas vezes o estado central deixava a maior parte das despesas de funcionamento das escolas a cargo das autarquias, nomeadamente no que respeitava ao aluguer ou à compra de edifícios, à aquisição de material escolar e de mobiliário. Sines não foi exceção, com a Junta da Paróquia (1855-1914) e a Câmara Municipal a custearem despesas de funcionamento e obras de edificação.

Ironicamente foi o Estado Novo o regime político que efetivou os projetos republicanos de alargamento da frequência escolar. Foi durante este período que foram construídos, pela primeira vez, edifícios de raiz para o funcionamento das escolas, por todo o concelho. Embora a frequência escolar não ultrapassasse o ensino obrigatório, durante três ou quatro anos, chegou a um número de crianças que não tinha ainda sido possível. A assistência escolar limitou-se ao apoio aos “alunos pobres”, com a oferta de refeições e material escolar. O acesso à escolarização limitava-se à escolaridade obrigatória, sem que se tivesse conseguido, antes do 25 de Abril, o acesso sistemático aos segundo e terceiro ciclos do ensino básico e ao ensino secundário. Sinal do carácter periférico do concelho, apenas as pressões do Complexo Industrial e da democratização permitiram um acesso universal à educação em Sines, em todos os ciclos de escolaridade, com exceção do universitário.



## NOTAS DE FIM DE TEXTO

- 1- SOLEDADE, Arnaldo- Sines, Terra de Vasco da Gama. 4ª Edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1999. P. 80.
- 2- 1774, Março, 29, Sines Termo de vereação. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/10, fl. 136v-137.
- 3- 1779, Março, 17, Sines Termo de vereação. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/10, fl. 208v-209.
- 4- 1832, Maio,7, Sines Ata de vereação extraordinária em que se nomeia José Pereira Janeiro Lobato professor das primeiras letras em Sines. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/12, fl. 65-65v.
- 5- 1835, Janeiro, 30, Sines- A Câmara Municipal de Sines recebe um officio do Ministério dos Negócios do Reino com a resposta à representação da Câmara de 18 de Dezembro de 1834, sobre o professor de gramática portuguesa e o substituto de gramática latina, o qual é registado em termo de vereação extraordinária. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/14,fl. 18v-19.
- 6- 1840, Janeiro, 20, Sines José Albino Ferreira apresenta o seu diploma de professor do ensino primário para lecionar em Sines durante dois anos, com provisão do Conselho Geral Diretor primário e secundário, para “ensinar todos os mancebos que se lhe apresentassem”. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/14,fl. 212v-213.
- 7- Ver os documentos PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/14; PT/CMSNS/CMSNS/FCM/1.1/6; PT/CMSNS/CMSNS/NOT/2/29.
- 8- LOPES, Francisco Luís Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama. 2ª edição. Prefácio de João Madeira. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985. Pp.93-94.
- 9- Op. Cit, p. 94.
- 10- Idem, ibidem. Itálico original.
- 11- SILVA, António de Macedo e Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869, p. 109.
- 12- 1924, Novembro, 18, Sines O presidente, José Marreiros da Rosa, comunica que já se encontra em funcionamento uma escola no Bobulgão. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/17, fl. 20.
- 13- SILVA, António de Macedo e Annaes do Município de Sant'Iago de..., op. Cit, p.112.
- 14- Idem, p. 109.
- 15- 1878, Janeiro,30, casas da Câmara A Junta delibera comunicar às autoridades competentes a informar acerca da cadeira do ensino primário feminino estar vaga, o que é “grande prejuízo da instrução publica especialmente na classe menos abastada d'esta villa”. PT/CMSNS/JFSNS02/A/A/1/3, fl. 18.
- 16- 1884, Janeiro, 31- A Junta da Paróquia informa a Direção Geral de Engenharia que o Castelo continua a ser utilizado como escola feminina. PT/CMSNS/JFSNS02/A/A/1/3, fl. 126v-127.
- 17- 1877, Maio, 3, casas da extinta câmara A Junta informa que não existem casas suficientemente cómodas para instalar a estação telegráfica, mas que “as cazas do Castello onde actualmente não há escola regia por falta da respectiva professora” podem ser usadas. PT/CMSNS/JFSNS02/A/A/1/3, fl. 4v.
- 18- 1914, Junho, 18- Ata da reunião da Comissão Instaladora do Concelho de Sines. PT/CMSNS/CMSNS/CCI/1.
- 19- 1914, Agosto, 21, Sines Ata da reunião da Câmara Municipal de Sines. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/16.
- 20- 1884, Junho, 8- a Junta da Paróquia arrematou a obra de carpinteira da escola no castelo ao mestre carpinteiro João Augusto Raposo, casado, morador na vila, por 39000. PT/CMSNS/JFSNS02/A/A/1/3, fl.135-136.1884, Julho, 16 a Junta da Paróquia arremata as obras na escola do Castelo a Carlos Augusto da Rocha, oficial de pedreiro. PT/CMSNS/JFSNS02/A/A/1/3, fl. 137v-138v.
- 21- 1887-1888- Orçamento geral da Receita e Despesa da Junta de Parochia da Freguesia do Salvador da Villa de Sines, concelho de S. Thiago de Cacem para o anno civil de 1888. PT/CMSNS/JFSNS02/B/B/19/25.
- 22- 1882, Outubro, 31, casas da Junta da Paróquia Dá-se princípio aos trabalhos de recenseamento das crianças em idade escolar, com o Reverendo Pároco António Francisco Pinto da Maia, o regedor da paróquia, José de Moraes Carricho, Francisco Gonçalves da Cruz e João Raposo, informadores do termo. PT/CMSNS/JFSNS02/A/A/1/3,fl. 92-92v.
- 23- 1881-1890- Livros do recenseamento das crianças em idade escolar. PT/CMSNS/JFSNS02/A/F/14-15.
- 24- 1901, Julho, 15, sala das sessões da Junta da Paróquia Ata da sessão da Junta da Paróquia. PT/CMSNS/JFSNS02/1/5/Fl. 90.

- 25-** VILHENA, Virgílio de “A Instrucção em Portugal”. O Brado: semanário instructivo e noticioso. Direcção de Leonel Silva e edição de Virgílio Vilhena. 1ª Edição. Sines: O Brado, 1906. Nº 2, Dezembro de 1906. Pp.2-3.
- 26-** RODRIGUES, Maria Manuela P.F. Festas escolares: as festas da árvore no Barreiro. História da Educação, vol. 14, nº 31, Maio/Agosto de 2010p.102. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7485/1/festas%20escolares-a%20festa%20da%20C3%A1rvore%20no%20Barreiro.pdf>
- 27-** AMARAL, António - Professores que passaram por Sines na minha Juventude. 1996. PT/CMSNS/CLAM/02/04/01.
- 28-** 1911, Maio, 15, sala das sessões da Junta da Paróquia O vogal Júlio Gomes da Silva vê a sua proposta de representar ao Ministro do Interior no sentido de informá-lo acerca das “más condições das casas onde estão funcionando as escolas do sexo masculino e feminino, e indicando o prédio da “Quinta” bom para esse fim” aprovada por unanimidade. PT/CMSNS/JFSNS02/1/6/Fl. 58v. Ver ainda outras acas: 1912, fl.69, 1913, fl.86 e 89.
- 29-** 1914, Sines - Conta Geral da Receita e da Despesa do Município de Sines de 1914. PT/CMSNS/CMSNS/GF/12/1. 1914, Julho, 27, Sines Contrato de aquisição do palacete de São Sebastião para a instalação das escolas primárias. PT/CMSNS/CMSNS/NOT/H/3/1.
- 30-** 1914, Junho, 27, Sines- A Comissão Instaladora da Câmara Municipal de Sines decide comprar o palacete de S. Sebastião da Herold para instalação das escolas primárias por 4500 escudos. A Câmara compromete-se a pagar em 3 prestações de 166\$67 os 500 escudos que faltam durante três anos. José Marreiros da Rosa, face à necessidade imediata do pagamento dos 500 escudos, assume a despesa. PT/CMSNS/CMSNS/CCI/1.
- 31-** 1914, Maio, 3, Sines- Contrato assinado entre a terceira Direção das Obras Públicas do distrito de Lisboa e a firma O'Herold e Companhia de Lisboa, por despacho do Ministro do Fomento, das Obras Públicas e Minas em 1914/05/03, para a instalação das escolas para os dois sexos em Sines. PT/CMSNS/CMSNS/NOT/3/1/3. Este primeiro contrato não foi ainda assinado pelo município, ainda em processo de instalação.
- 32-** 1918, Fevereiro, 4, Sines- Isabel Lamy, professora da Escola Oficial Feminina de Sines, solicita que a Câmara divida o quintal da escola para que também ela possa dele usufruir, além de Jaime Salgado, o professor. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/60.
- 33-** 1917, Outubro, 11, Sines - Isabel Lamy, professora da Escola Oficial Feminina de Sines, explica que as meninas entram pela escada principal com os meninos por a escada do quintal ser demasiado íngreme. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/59.
- 34-** AMARAL, António - Professores que passaram por Sines na minha Juventude. 1996. PT/CMSNS/CLAM/02/04/01.
- 35-** 1923, Agosto, 22, Sines A Câmara Municipal aprova o pedido de reparos da Junta Escolas: reparos numa casa do rés-do-chão, construção de um tabique para fazer a sala trinta e quatro no primeiro andar, construção de uma chaminé no sótão, colocação de um postigo na porta de vidro para que a porta do exterior possa abrir. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/17, fl, 7v-8.
- 36-** 1930, Novembro, 17. Sines- José Carlos Martins, diretor da Escola Primária Masculina, solicita a aquisição de uma “coleção de quadros históricos” e de um “pote para agua potável”. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/123/58.
- 37-** 1935, Outubro, 1- O Chefe da Repartição de Finanças reclama a partilha do espaço dos Paços do Concelho com as escolas, dado o ruído provocado pelos alunos. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/108/4.
- 38-** 1932/10/22 O presidente da Junta Escolar, Mário Tavares, comunica as decisões tomadas na sessão de 20 de Outubro: fornecimento de um armário e 15 cadeiras de dois lugares; criação urgente das escolas criadas pelo Decreto 20181 de 7 de Agosto de 1931, sob pena da sua extinção; o elevado número de alunos (325) da vila implicou a recusa de alunos por falta de instalações. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/119/45.
- 39-** 1932, Abril,11, Sines- Leonel Mendes da Silva, da Junta Escolar do Concelho de Sines, solicita apoio para a criação de uma biblioteca escolar no Gabinete dos Professores. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/119/24.
- 40-** 1941, Junho, 27, Sines- O presidente da Câmara de Sines solicita ao Diretor Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais assistência técnica para elaboração do projeto de obras no edifício das escolas. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/155/6.
- 41-** 1942, Junho, 18, Sines- O Ministério das Obras Públicas e das Comunicações informa a Câmara Municipal de Sines que, face aos custos da reparação com o edifício das escolas, que mesmo assim “não ficaria o edifício satisfazendo ao mínimo de condições pedagógicas indispensáveis”, decidiu-se a

construção de um novo edifício, que poderá ser considerado no concurso a abrir para esse fim. Estavam previstos onze edifícios escolares para o concelho. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/212/1240.

42- 1930, Julho, 17, Sines A diretora da Escola Feminina, Maria da Ascensão Silva Ligo convida a Câmara a visitar a exposição de trabalhos manuais do ano letivo 1939/1930 pelas alunas 1ª e 3ª classe. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/123/45.

43- 1936, Dezembro, 2, Sines- José Carlos Martins, delegado escolar, agradece à Câmara o apoio dado aos festejos escolares nas comemorações da “gloriosa data de 1º de Dezembro de 1640 e plantação Árvore do Renascimento”. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/130/4.

44- 1940- 1941- Organização das Comemorações dos Centenários. PT/CMSNS/CMSNS/AC/1/1.

45- 1947, Dezembro, 15, Sines O Presidente da Câmara Municipal de Sines solicita ao Presidente da Junta Central da Casa dos Pescadores as telhas já usadas do Sanatório Pratz para que os desalojados do local onde se erigem as escolas (sete cabanas) possam telhar as suas barracas, feitas de madeira cedida pela Câmara Municipal. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/263.

46- 1950, Novembro, 11, Sines- O presidente da Câmara Municipal de Sines informa o Governo Civil que o auto de entrega das escolas feminina e masculina à Câmara Municipal de Sines deu-se e, 1948/10/01, mas as escolas só entraram em funcionamento em Outubro de 1949. Cada edifício tinha quatro salas, todas usadas. A Câmara compromete-se a fazer as obras de conservação. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/271/256.

47- 1955, Abril, 4, Lisboa- A Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias propõe à Câmara Municipal de Sines a criação de uma cantina para 8 salas, que permite a sua utilização por 384 crianças em dois turnos. PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1/46.

48- 1950, Dezembro, 7, Sines O diretor do distrito escolar de Setúbal informa que a cantina deve ser transferida para que a sala onde funciona possa receber aulas. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/234/19.

49- 1955, Abril, 4, Lisboa- A Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias propõe à Câmara Municipal de Sines a criação de uma cantina para 8 salas, que permite a sua utilização por 384 crianças em dois turnos. Documento PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1/46.

50- 1957, Janeiro, 7, Sines- Auto de entrega da cantina da Escola de Sines. PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1/187.

51- 1965, Outubro, 7, Sines- O presidente da Câmara Municipal de Sines informa a Secção Sul da Delegação para as Obras de Construção de Escolas Primárias que a construção do edifício escolar de duas salas na Rua Pedro Álvares Cabral devia antes ser construída junto às outras escolas, dado que a urbanização se verifica nesse lado da vila e as escolas existentes já dispõem de cantina. PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1/187.

52- 1935/02/27- O Delegado Escolar, José Carlos Martins, solicita informações sobre as medidas já tomadas para efetivar a criação do posto escolar da Cabeça da Cabra pelo Decreto 20604. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/108/9.

53- 1945, Dezembro, 22, Sines - O Presidente da Câmara Municipal de Sines solicita ao Governo Civil a criação de postos escolares em resposta ao ofício de 1945/12/14 que pedia a resposta a pergunta sobre quais os postos escolares a criar. Sines responde pela criação dos postos da Ribeira da Junqueira, Paiol, Fontainhas, Sonoga, Valverde e Palrão. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/166/2.

54- 1936, Outubro, 7, Sines- O presidente da Câmara Municipal de Sines solicita a criação de um posto escolar nas Palmeiras, “cujos pais pretendem fazê-las frequentar a escola”. Indica como regente do posto a senhora Jacinta Luísa da Silva. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/167/4.

55- 1936, Outubro, 7, Sines- O presidente da Câmara Municipal de Sines solicita ao Ministro da Educação Nacional a criação de um posto de ensino diurno das Palmeiras e um curso noturno do posto já criado na Cabeça da Cabra. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/167/2.

56- 1939, Outubro, 23, Sines- O Presidente da Câmara Municipal de Sines solicita ao Diretor Escolar do Distrito de Setúbal a criação de um posto de ensino diurno e noturno na Ribeira e nas Índias. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/173/143.

57- 1949, Setembro, 9, Portimão- Catarina da Silva Leitão, regente, solicita à Câmara Municipal de Sines auxílio no pagamento dos 60 escudos mensais pela casa que ocupa o Posto Escolar da Ribeira dos Moinhos, pois a câmara só paga 25 escudos da mesma quantia e a requerente é viúva e não recebe vencimentos nos meses de Julho, Agosto e Setembro. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/243/219.

58- 1941, Outubro, 22, Sines- O presidente da Câmara Municipal de Sines comunica ao Diretor do Distrito Escolar de Setúbal que o Posto Escolar Masculino do lugar do Porto Covo, já com o material necessário. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/198/1472.

59- 1932, Outubro, 22, Sines O presidente da Junta Escolar, Mário Tavares, comunica as decisões tomadas na sessão de 20 de Outubro: fornecimento de um armário e 15 cadeiras de dois lugares; criação

urgente das escolas criadas pelo Decreto 20181 de 7 de Agosto de 1931, sob pena da sua extinção; o elevado número de alunos (325) da vila implicou a recusa de alunos por falta de instalações. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/119/45.

**60-** 1936, Outubro, 10, Ribeira dos Moinhos- A professora do posto da Ribeira dos Moinhos, Catarina da Silva Leitão, solicita o derrube de um tabique na casa que arrendou. A escola começou a funcionar no dia 1 de Outubro. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/130/51.

**61-** 1947, Janeiro, 05, Cabeça da Cabra- Manuel João da Silva, da Comissão de Festas, convida a Câmara Municipal a esta presente na festa a realizar no dia 12 de Janeiro para celebrar a inauguração de um posto de correio e a reabertura da escola da Cabeça da Cabra. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/266/20.

**62-** 1956-1962, Sines Autos de entrega das escolas de Ribeira da Junqueira, Arneiro Branco, Cabeça da Cabra, Lentiscais, Bêbeda de Baixo, Bolbugão, Ribeira dos Moinhos, Cabeça da Cabra e Morgavel. PT/CMSNS/CMSNS/OF/4/10/1/187.

**63-** 1930, Agosto, 26 Mapa discriminativo das importâncias despendidas pela Câmara Municipal de Sines com o ensino primário neste concelho, nos anos económicos de 1928-29 e 1929-30. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/6/41.

**64-** 1932, Janeiro, 30 Câmara de Sines e a escola do Porto Côvo. A Renovação, dir. de António Álvares, Sines, nº 11, 30 de Janeiro de 1932.P.4.

**65-** 1919, Outubro, 22, Sines A Câmara Municipal de Sines discute a possibilidade da criação da freguesia do Porto Côvo. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/10/3.

**66-** 1941, Março, 19, Sines O presidente da câmara informa Tibúrcio da Piedade que o posto de professor da Escola Masculina do Porto Côvo já foi ocupado, mas não está a funcionar por falta da casa. O feminino estava vago. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/198/1445.

**67-** 1941, Outubro, 27, Sines- O presidente da Câmara Municipal solicita à Comissão Liquidatária da Casa Porto Côvo e Companhia desistir do direito de opção, visto ser foreira ao falecido Conde do Porto Côvo. O objetivo era fazer escritura da casa dos herdeiros de Francisco Pincho. Documento PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/198//1267.

**68-** 1942, Setembro, 16, Setúbal- O diretor do distrito escolar de Setúbal informa a Câmara Municipal de Sines que foi autorizado o funcionamento em regime de curso duplo os postos escolares do Porto Côvo para 1942-1943. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/212/11.

**69-** Ver, por exemplo, 1945, Setembro, 25, Sines O Ministério da Educação Nacional informa que não foi autorizado o funcionamento do posto escolar masculino e, regime de curso duplo na sala onde está instalado o posto feminino de Porto Côvo. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/165/78.

**70-** 1946, Setembro, 28, Sines- O Presidente da Câmara Municipal de Sines informa a empresa liquidatária Porto Côvo e Companhia que a escrituras da compra do foro foi feita em 29 de Agosto com o procurador José Guizado Espada. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/268/267.

**71-** 1946, Dezembro, 9, Setúbal- O diretor do distrito escolar de Setúbal solicita à Câmara Municipal de Sines obras nos postos escolares do Porto Côvo. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/261/135.

**72-** 1947, Outubro, 4, Évora. O Ministério das Obras Públicas informa a Câmara Municipal de Sines sobre a inclusão de uma verba para um edifício de uma sala misto em Porto Côvo na 3ª Fase da construção das obras. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/263/102.

**73-** 1948, Dezembro, 7, Sines- A Câmara Municipal de Sines solicita a Salvador da Silva Vilhena, doador do terreno para a construção da nova escola do Porto Côvo, que esteja presente na Câmara para reduzir a doação a escrito. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/240/112.

**74-** 1953, Junho, 30, Sines Informação relativa à conclusão da cantina escolar do Porto Côvo. PT/CMSNS/UN/F/5.

**75-** 1954/09/01- 1954/10/20 - Aquisição de um prédio no Porto Côvo para a instalação da Escola do Plano dos Centenários. PT/CMSNS/CMSNS/NOT/3/7/10.

**76-** 1960-1964, Dezembro, 27, Sines- Autos de entrega da ampliação da escola do Porto Côvo. PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1/187.

**77-** 1945, Junho, 21, Sines A Câmara Municipal de Sines cede os edifícios do Sanatório Pratz à Junta Central da Casa dos Pescadores. PT/CMSNS/CMSNS/OF/22/2.

**78-** 1942, Setembro, 26, Sines O presidente da Câmara de Sines, correspondendo-se com o Governador Civil, informa que o funcionamento da escola da Casa dos Pescadores, criada em 1941, é irregular, dado que não houve nomeação efetiva de duas professoras. Os 80 alunos, ensinados por regentes escolares que ou não tomaram posse ou desistiram, não puderam transitar de ano. Documento 12. A resposta não consta. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/157.

**79-** 1943, Março, 13, Sines- O Presidente da Câmara Municipal de Sines informa o Presidente da Casa dos Pescadores que a Casa de Trabalho Feminino da Casa dos Pescadores já se encontra concluída.

PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/251/218.

**80-** 1943, Agosto, 3, Setúbal- A Casa de Pescadores de Setúbal remete à Câmara de Sines o pagamento pelos almoços e lanches fornecidos pela Casa de Repouso Pratz às alunas da Casa de Trabalho da Casa de Pescadores de Sines. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/251/225.

**81-** CAVALINHOS, José Manuel Breve biografia de Dr. José Miguel da Costa. 1922-2005. [Documento policopiado]. Sines: edição do autor, 2006. Emprestado pelo autor.

**82-** 1945, Setembro, 3, Sines- A Câmara Municipal de Sines solicita ao Liceu Bocage, em Setúbal, um certificado de aproveitamento escolar de Maria Luísa Paulitos Granés, filha do chefe de secretaria Raimundo Forgas Granés, para efeito de abono de família. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/259/177.

**83-** 1948, Agosto, 17, Sines O Presidente da Câmara Municipal de Sines solicita ao Ministro da Educação Nacional a licença de funcionamento do 2º ciclo do ensino liceal no Colégio Luís de Camões, em Sines. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/310/44.

**84-** CAMPOS, Maria Manuela Viana S. - Monografia de Sines. Ilustrações de Maria do Céu Ó Baltazar Lopes Paulo. [documento policopiado]. Sines: Escola Primária de Sines nº1, 1985.P. 40.

**85-** 1946, Março, 22, Sines- A Câmara Municipal de Sines remete ao Inspetor de Ensino Particular as certidões de intimação enviadas a Augusta Marques de Araújo Melo Bandeira e Mário Roxo Duarte de Sequeira, para que cessem as atividades de ensino particular ilegal.

PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/261/125.

**86-** 1945, Fevereiro, 3, Lisboa- Augusta de Melo Bandeira, do Instituto de São Francisco, solicita o apoio da Câmara Municipal de Sines para a instalação do ensino liceal e comercial em Sines.

PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/256/51.

**87-** 1945, Agosto, 13, Sines A Câmara Municipal de Sines, em representação ao Ministério da Educação Nacional, solicita a criação do ensino liceal em Sines. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/259/179.

**88-** 1932, Dezembro, 12, Sines- O presidente da direção da Caixa de Assistência Escolar aos Alunos Pobres do Concelho, José Carlos Martins, informa que vai distribuir sopa às crianças pobres e solicita ajuda financeira para a mesma distribuição. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/119/19.

**89-** 1936, Agosto, 12, Sines- José Carlos Martins, delegado escolar, solicita o apoio da Câmara Municipal de Sines para a Caixa Escolar. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/130.

**90-** 1936, Outubro, 1, Sines- Etelvina Pidwell Novak e João Belo informam que as receitas do seu baile de caridade realizado a 27 de Setembro no edifício da Câmara rendeu 87\$00 para as crianças pobres, entre outras receitas. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/130/56.

**91-** AMARAL, António - Professores que passaram por Sines na minha Juventude. 1996.

PT/CMSNS/CLAM/02/04/01.

**92-** 1941, Novembro, 28, Sines D. Ana Borregana Gonçalves Lopes Paulo era presidente da Caixa Escolar de Sines, “em funcionamento com cooperação de professores e alunos das escolas da vila, de harmonia com o Artigo 12º do decreto nº 9223, de 6 de Abril de 1923”.

PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/200/1876.

**93-** AMARAL, António - Professores que passaram por Sines na minha Juventude. 1996.

PT/CMSNS/CLAM/02/04/01.

**94-** 1947, Novembro, 11, Sines- O presidente da Câmara Municipal de Sines informa o Governo Civil que a Caixa Escolar de Sines não recebe qualquer subsídio, fornece livros e material escolar aos alunos pobres e teve 1.246\$50 de donativos particulares. PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4/270/40.

## REFERÊNCIAS

### Documentos de arquivo

#### *Arquivo da Câmara Municipal de Sines*

Atas das vereações dos anos de 1738-1747,1766-1790, 1828-1834, 1834-1841, 1914-1923, 1923-1926. PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/8, PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/10, PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/12, PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/14, PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/16, PT/CMSNS/CMSNS/FOR/1/17.

Livro das atas da Comissão Instaladora do Concelho de Sines, 1914.  
PT/CMSNS/CMSNS/CCI/1.

Documentos de escrituras diversas entre 1914 e 1918, 1955-1960.  
PT/CMSNS/CMSNS/NOT/3/1, PT/CMSNS/CMSNS/NOT/3/7

Correspondência recebida dos anos de 1930, 1932, 1935,1936, 1939, 1941-1943, 1945-1950.  
PT/CMSNS/CMSNS/GDC/4

Escolas Primárias do Concelho de Sines (1947-1976). PT/CMSNS/CMSNS/OF/10/1.

Organização das Comemorações dos Centenários. 1940-1941.1  
PT/CMSNS/CMSNS/AC/1/1.

#### *Arquivo da Junta de Freguesia de Sines*

Atas da Junta da Paróquia de Sines dos anos 1877-1886, 1894/1906.  
PT/CMSNS/JFSNS02/A/A/1/3, PT/CMSNS/JFSNS02/1/5

Livros do recenseamento das crianças em idade escolar. 1881-1890.  
PT/CMSNS/JFSNS02/A/F/14-15.

Conta Geral da receita e despesa da Junta da Paróquia de Sines: 1882-1891.  
PT/CMSNS/JFSNS02/B/B/19

#### *Arquivo da Comissão Concelhia da União Nacional*

1953, Junho, 30, Sines Informação relativa à conclusão da cantina escolar do Porto Côvo.  
PT/CMSNS/UN/F/5.

#### *Coleção Fotográfica*

##### *Coleção Alberto Marques*

Textos biográficos escritos por António Amaral. PT/CMSNS/CLAM/02/04/01.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, Casimiro Gomes de - Alocução à Infância Portuguesa. 1ª Edição. Sines: edição do autor, 1914. Impresso na Tipografia Duarte, Santiago do Cacém.

BRAGA, Isabel Drummond- As realidades culturais. In Nova História de Portugal (dir. A.H. de Oliveira Marques e Joel Serrão), vol. VII, Portugal da Paz da Restauração ao Ouro do Brasil, (coord. Avelino de Freitas de Meneses). Lisboa, Editorial Presença. 2001. ISBN 9789722327879

CAMPOS, Maria Manuela Viana S. - Monografia de Sines. Ilustrações de Maria do Céu Ó Baltazar Lopes Paulo. [documento policopiado]. Sines: Escola Primária de Sines nº1, 1985.

CAVALINHOS, José Manuel Breve biografia de Dr. José Miguel da Costa. 1922-2005. [Documento policopiado]. Sines: edição do autor, 2006. Empréstado pelo autor.

GOMES, Joaquim Ferreira O Marquês de Pombal. Criador do Ensino Primário Oficial. Coimbra: Revista de História das Ideias, vol. 4, tomo II (1982), pp.25-41.

GOUVEIA, António Camões Estratégias de Interiorização da Disciplina. In HESPAÑA, António Manuel (coordenação) - História de Portugal. O Antigo Regime. 1ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN 9789723309362.

LOPES, Francisco Luís Breve Notícia de Sines, Pátria de Vasco da Gama. 2ª edição. Prefácio de João Madeira. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1985.

PATRÍCIO, Sandra - A alfabetização em Sines nos finais do século XVII a partir de um livro de notas. Trabalho realizado no âmbito da cadeira de Paleografia e Diplomática dos séculos XII a XVIII, orientado pelo Doutor Saul António Gomes. Coimbra: Edição da autora, 2002.

QUARESMA, António Martins Sines Medieval e Moderna (séculos XIV-XVIII). In PATRÍCIO, Sandra (coord) O Concelho de Sines da Fundação à Época Moderna. Sines: Câmara Municipal de Sines, 2012. ISBN 978-972-8261-08-05.

RODRIGUES, Maria Manuela P.F. Festas escolares: as festas da árvore no Barreiro. História da Educação, vol. 14, nº 31, Maio/Agosto de 2010. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7485/1/festas%20escolares-a%20festa%20da%20C3%A1rvore%20no%20Barreiro.pdf>

SILVA, António de Macedo e Annaes do Município de Sant'Iago de Cacem. 2ª edição. Lisboa: Imprensa Nacional, 1869.

SOLEDADE, Arnaldo- Sines, Terra de Vasco da Gama. 4ª Edição. Sines: Câmara Municipal de Sines, 1999.

TORGAL, Luís Reis A Instrução Pública. In TORGAL, Luís Reis, ROQUE, João Lourenço- História de Portugal. O Liberalismo. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. ISBN P72-33-1310.

VILHENA, Virgílio de "A Instrução em Portugal". O Brado: semanário instructivo e noticioso. Direção de Leonel Silva e edição de Virgílio Vilhena. 1ª Edição. Sines: O Brado, 1906. Nº 2, Dezembro de 1906. Pp.2-3.

## Ficha técnica

**Título:** *O Património da Educação*

**Edição:** Câmara Municipal de Sines

**Textos:** Sandra Patrício

**Conceção Gráfica e Montagem:** Serviço de Informação, Divulgação e Imagem da Câmara Municipal de Sines

**ISBN:** 978-972-8261-09-2

**Coordenação:** Sandra Patrício

**Créditos fotográficos:** Câmara Municipal de Sines, Odete Cardoso e Professora Mariazinha | Capa: Beatriz Faria



